

Orlando Pires
João Balsa Sequeira

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 14/2022

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO

- Vice-Presidente:** - *Orlando Ferreira Pires*
- Vereadores Presentes:** - *Carlos Duarte Travanca*
- *Vítor Manuel Correia*
- *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
- *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- Membros Ausentes:** - *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues*
- *Francisco José Clemente Sousa*
- Ata da Reunião de 17 de junho** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.**
- Ata da Reunião anterior** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.**
- Secretariou:** - *João Balsa Sequeira*
Jurista
- Hora de Abertura:** - **15:00 horas**
- Local da Reunião:** - **Paços do Concelho - Salão Nobre da Câmara Municipal**

Antes da Ordem do Dia

Abertura da Reunião de Câmara.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Boa tarde a todos. Cumprimento os Senhores Vereadores, o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, o Dr. *João Sequeira* e o público presente. Agradecemos a presença do público, todas as Reuniões de Câmara são públicas, porque o Executivo e todos os Senhores Vereadores gostamos de ter público, por isso, sejam bem-vindos.

Em relação às informações, dizer que no dia 24 de junho foi apresentada oficialmente a nova marca Mirandela. É intenção que a marca Mirandela afirme o concelho como centro e motor do desenvolvimento sustentável, devendo ser interpretada como instrumento de coesão e promoção territorial.

A marca foi pré-apresentada aos Senhores Vereadores e à Comissão Permanente da Assembleia Municipal. Agradecer a todos os contributos para a implementação da marca Mirandela. O objetivo não é terminar uma marca e colocar outra por colocar, mas os tempos vão mudando, as questões artísticas e gráficas também mudam e entendemos que era uma oportunidade para atingirmos este objetivo comum que é o desenvolvimento sustentável do nosso concelho.

Informar que o Município implementou o pagamento do espaço público para estacionamento automóvel, o qual pode ser feito de forma mais cómoda, simples e segura, dispensando o uso de moedas, talões e evitando que o utilizar tenha que ter contacto com as máquinas de pagamento. Este serviço não nos obriga ao uso do identificador da Via Verde, permite pagar apenas o tempo utilizado para estacionamento, podendo este ser antecipado ou prolongado de forma remota através da aplicação *smartphone*.

Informo, ainda, que o Município promove a implementação de uma Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola - UAARE, visando a conciliação do sucesso escolar e desportivo dos jovens estudantes que pratiquem alguma modalidade desportiva na vertente competitiva. Na prática, o grupo de professores da UAARE do Agrupamento de Escolas de Mirandela define uma estratégia de apoio e adaptação para que os alunos possam continuar o seu percurso.

Em Mirandela temos cerca de mil praticantes das diversas modalidades. Todos os que se enquadrem nos níveis de competição 1 e 2 definidos pela UAARE terão acesso a este apoio. No ano letivo 2022-2023 já estão atribuídos 14 créditos horários para que os professores possam apoiar estes alunos. O concelho de Mirandela está de parabéns, porque somos a unidade UAARE da região do nordeste transmontano e de certeza que vamos contribuir para o sucesso educativo destes atletas.

Encontra-se concluído o Plano de Coordenação da XXIV Concentração Motard. O evento decorrerá entre os dias 1 e 3 de julho de 2022 na nossa cidade, organizado pelo Moto Clube de Mirandela em colaboração com o Município de Mirandela.

Por último, informar que vão decorrer no próximo domingo as celebrações do 33.º Aniversário da Elevação a Vila de Torre de Dona Chama. As cerimónias terão início às 9 horas e 30 minutos com o hastear da bandeira.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, o Dr. *João Sequeira* e o público presente.

Em relação à marca Mirandela, começo por felicitar a autarquia por esta excelente iniciativa. No entanto, gostaria de fazer alguns reparos.

A forma como a marca Mirandela nasceu, para nós, não foi a correta. Defendemos em campanha, aliás, era uma das nossas medidas também emblemáticas, a criação da marca Mirandela. Defendíamos não uma logomarca, mas um conceito muito mais alargado e defendíamos a criação de uma marca que nascesse das escolas, que nascesse dos alunos, que nascesse dos empresários, que nascesse dos comerciantes e tudo isso culminasse depois na criação de um selo, uma marca, uma logomarca. A forma como vemos nas aldeias, nas pessoas das aldeias, simples.

Essa criação devia ser conjunta, devia ser criada e coresponsabilizando todos. Mesmo nós tivemos conhecimento quando já estava pensada, já estava definida e o que nos foi apresentado é o que está exatamente hoje aprovado. Ficaríamos muito mais felizes se tivéssemos sido envolvidos, se tivessem sido criadas uma ou duas marcas que fossem sendo trabalhadas por nós, pelos alunos, pelas escolas, pelas aldeias, que tivessem esses contributos que acho que era muito mais enriquecedor e muito mais enraizado em cada um de nós e à nossa essência, havia um maior comprometimento.

O que gostávamos também de saber era que de forma essa marca vai ser colocada ao serviço de Mirandela. Não basta ter uma marca, não basta pô-la nos sacos que os comerciantes dão, acho que é preciso muito mais que isso. A marca tem que ser uma alavanca, um desenvolvimento de um território. Nessa perspetiva, convido a Câmara Municipal, já que a marca não nasceu dessa forma, que agora faça esse envolvimento com os industriais, com os comerciantes, com as pessoas das aldeias e que envolva todos em torno dessa marca e que nós políticos, nós Oposição, cá estaremos também para estarmos envolvidos nesse projeto que acho que tem de ser um projeto de sucesso para todos, tem de ser um projeto diferenciador para o Município.

O envolvimento da Oposição seria, na minha perspetiva, fundamental. Não é depois na apresentação, mas sim na criação e na elaboração. Ainda vamos a tempo, basta querer.

Quanto ao investimento na marca, estamos a falar num valor na ordem de 23 mil euros. Sinceramente, quando uma criança nasce, dizemos sempre que a criança é bonita, mesmo que não seja e eu não vi naquele vídeo qualidade suficiente - perdoem o desabafo, estou a dizer isto para melhorar - para justificar estes valores. Fui comparar o vídeo que temos com os outros. É um vídeo que foi feito sem os cuidados mais elementares. Temos, por exemplo, um olival que está abandonado, que está feio, vemos um pastor, o *Duarte* de Vale Martinho, com a cara descaracterizada e eu gostava de ver a expressão das pessoas. O *Duarte* não tem a cara visível, porque tem o azar de usar um chapéu dos meus da campanha. Está lá, está descaracterizado. Acho que não fica bem. O *Duarte* é uma pessoa tão simpática, é uma pessoa tão agradável. Foi azar. Ou cortavam, não colocavam a imagem do *Duarte*, mas desfocá-lo não, que ele é realmente uma pessoa genuína e simpática.

Acho que fazia falta mais sentimentos, mais expressões, o sorriso das nossas gentes, dos nossos povos, mais humanidade. Acho que era preferível esperar mais algum tempo e fazer um vídeo mais trabalhado, mais elaborado.

Cá estaremos para defender o que for preciso defender. No entanto, é uma sugestão de melhoria e de proposta para fazer algo que realmente seja mais genuíno, que nos identifique mais e que expresse a nossa identidade, porque tenho dificuldade em ver ali a nossa identidade.

Felicitar pela alteração do estacionamento, já tinha sido avançado aqui que iria ocorrer, acho que é um passo muito importante e também pela criação da Unidade de Apoio ao Alto Rendimento. O que pergunto é: Que tipo de apoios estão em causa? Estão em causa apoios de componente letiva? Estes alunos, quando estão em competições e não têm possibilidade de acompanhar as aulas, depois são compensados com explicações, com apoio? Qual o tipo de apoios que a Câmara vai disponibilizar? Como é que isso vai ser operacionalizado?

Em relação à Concentração Motard, estamos completamente de acordo. Felicito a Câmara por essa iniciativa. Aliás, já tinha inclusivamente dito aqui que há algumas pessoas que conheço que estão sempre a falar na Concentração Motard de Mirandela, que é a 2.ª melhor concentração do país. Fico feliz quando dizem isso. Portanto, muitos parabéns por esta iniciativa.

Por fim, endereçar os parabéns antecipados a Torre de Dona Chama pelo 33.º Aniversário, esperemos que corra bem. Lá estaremos.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Agradeço os contributos do Senhor Vereador *Duarte Travanca* em relação à análise que fez quanto à implementação da marca Mirandela. Registamos os contributos e as sugestões e tomamos boa nota dos mesmos. De facto, a marca em si, a logomarca, tem esta dimensão de criar este debate e colocar todos a falar sobre Mirandela. Isso julgo que está conseguido. A implementação da marca está a ser efetuada de forma faseada, visto que a implementação tem sempre custos associados e, por isso, temos a intenção, com a apresentação da Agenda 2030, que previsivelmente será em setembro de 2023, resultando do trabalho que fizemos ao longo do ano de 2021, ouvindo justamente, como o Senhor Vereador *Duarte Travanca* dizia, as Juntas de Freguesia, as coletividades, as associações, a população em geral e aí associar esta Agenda Estratégica 2030 à nossa marca Mirandela. Como disse, tomamos boa nota das sugestões, que agradecemos.

Em relação à UAARE e o apoio que vai dar no Agrupamento de Escolas de Mirandela, passava a palavra à Senhora Vereadora *Vera Preto* para responder.

----- A Senhora Vereadora *VERA PRETO* disse: Boa tarde a todos. Cumprimento os Senhores Vereadores, o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, o Dr. *João Sequeira* e o público presente.

É importante que esta questão da UAARE tenha vindo também a esta reunião. Este apoio que os alunos de alto rendimento ou, pelo menos, aqueles que se enquadram dentro daquilo que são os paramentos dos alunos que desempenham uma atividade desportiva a níveis considerados nessa nova legislação, é muito importante. Vou dar um exemplo para explicar melhor. Os alunos em campeonatos, muitas vezes, deslocam-se para países no estrangeiro, têm vários dias em que não vão poder assistir às aulas, aliás, o número até é bastante elevado. Ora, se esses alunos não tivessem as ferramentas informáticas, que foi um dos grandes apoios que a Câmara deu a este projeto, e não tivesse a coordenação com os professores afetos a esta turma UAARE, os alunos iam perder as matérias. Portanto, nesse período distante em que estão a competir, provavelmente não vão ter tempo para acompanhar os conteúdos, mas esses conteúdos vão estar disponíveis.

A articulação do coordenador da Escola da UAARE, com os professores, com os pais, com os clubes e com os próprios alunos é fundamental, todos estes agentes estarem bem alinhados para que as matérias cheguem aos alunos atempadamente para que possam, em tempo oportuno e coordenado com os professores, fazer as provas, testes ou exames que têm de fazer.

Julgo que é um projeto muito interessante e que apoia ainda mais o desenvolvimento da atividade desportiva, conciliando sempre com bons resultados a nível escolar.

Um dos indicadores que nos tem sido apresentado é que mais de 70% dos alunos que têm desenvolvimento desportivo de alto rendimento, com competições até a nível internacional, têm um excelente rendimento escolar, mas a maioria tem um rendimento positivo. Portanto, transitam de ano, não perdem, porque é isso que pretendemos, que eles se formem como cidadãos, quer na questão letiva, quer na questão desportiva.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Dissemos sempre que a Educação é, para nós, a prioridade das prioridades. Fiquei também muito feliz na campanha quando ouvi, na vossa candidatura, dizer que a Educação também era prioridade das prioridades. Por isso, quer estivéssemos de um lado, quer estejamos agora do outro, estaremos sempre para apoiar naquilo que for necessário para a Educação e para aquilo que for necessário fazer para termos um ensino de excelência, por isso, contem connosco também para isso.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Transportes das Aldeias.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Tenho recebido algumas reivindicações de pessoas de algumas aldeias, como, por exemplo, Vale de Gouvinhas, que vão ficar sem transporte para virem trabalhar, porque vem um transporte com os estudantes, acabando os transportes escolares ficam sem esse transporte.

Pergunto: Há alguma alternativa? Há possibilidade de ir ao encontro a algumas das necessidades que as pessoas tenham? São pessoas que vêm todos os dias trabalhar. Há alguma forma de ir ao encontro dessas dificuldades e necessidades das pessoas?

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Em relação aos transportes em tempo de férias, o Executivo, como sabem, tem feito um esforço grande para manter as linhas regulares em tempo de férias, mantendo, pelo menos, na maior parte das Freguesias, uma carreira regular às quintas-feiras, no dia de feira. No caso das linhas que são exploradas pela autoviação do Tâmega conseguimos manter os transportes regulares diários. Este verão estamos a trabalhar nisso, em parceria com a CIM, porque o que está em causa tem a ver com as compensações, como sabemos. Os operadores têm as concessões das carreiras regulares, mas em tempo de férias os utilizadores são pouquíssimos e os operadores recusam-se a fazer a carreira a não ser que haja uma compensação dos Municípios pelos utilizadores, porque o número de utentes é muito baixo.

Como sabem, os Municípios não podem fazer esse tipo de pagamentos. É uma carreira regular, a concessão está atribuída, ou têm passageiros ou não têm e têm que tirar a receita dos passageiros. O interior tem vantagens, somos um território de oportunidades, de baixa densidade, mas também tem estas especificidades.

Não tem havido por parte da Legislação em vigor uma discriminação positiva para que haja possibilidade das compensações e só podemos fazê-lo através da migração dos transportes escolares e das carreiras para a Comunidade Intermunicipal. O assunto está muito evoluído, está em análise do Tribunal de Contas e é expectável que o próximo ano letivo 2022-2023 já se inicie com os transportes escolares coordenados pela CIM. Neste caso, os Municípios pagam à CIM os transportes que são usados, ou seja, quem paga os transportes escolares são na mesma os Municípios, mas pagam à CIM e a CIM faz a compensação.

Esta linha em particular, Vale de Gouvinhas, tem-se mantido todos os anos, diariamente, mesmo em período de férias e este ano tudo faremos para que aconteça o mesmo.

A questão dos transportes a pedido, que é uma das situações que vamos ter quando passarmos os transportes para as Freguesias, vamos dar cumprimento a uma diretiva europeia que todos os lugares com menos de 50 pessoas vão ter a hipótese de ter transportes a pedido, ou seja, no dia anterior ou dois dias antes o cidadão informará a Junta de Freguesia ou outro interlocutor, o transportador é informado e é assegurado o transporte a esse utente.

Neste momento, é o que tenho para dizer. Agradeço por ter colocado essa questão, temos o dever de informação.

Informar os cidadãos que, em parceria com os Presidentes de Junta, não vamos deixar ninguém sem transporte em tempo de férias, nomeadamente para situações que tenham a ver com questões de saúde ou com a urgência da vida das pessoas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Pagamentos à Restauração.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Tem-me sido dada nota que há pagamentos à restauração que estão em atraso há mais de dois anos. Sendo a restauração um setor sensível e estando a sair de uma fase de pandemia, pedia que se fizesse uma análise, que se fizesse uma pesquisa por atividade de saldos e se tentasse ver estas situações.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Este é um tema que por vezes é falado e que agradecemos. Temos todos os pagamentos até fevereiro de 2022 efetuados. A Câmara Municipal não deve nada aos fornecedores, cujas faturas estejam na contabilidade a pagamento com data de fevereiro de 2022.

Agradecemos, porque nem sempre os fornecedores emitem as faturas ou porque eventualmente nos fornecem um *e-mail* que não está correto, ou porque há algum endereço que não está correto. Não é a primeira vez e, por isso, pedia que nos informassem quem são essas empresas para regularizarmos de imediato a situação, porque os motivos têm sido por vezes esses.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Escola de Música.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Sabe-se que há um processo eleitoral em curso. O que pergunto é: Como está o processo eleitoral? Está a andar?

Sabemos que poderá haver a substituição do Diretor que está atualmente na Escola, sabemos que é uma pessoa com um curriculum fantástico, mas também sabemos que há problemas lá. Perguntava: Para quando as eleições? O processo eleitoral está a correr bem?

O que me chega é que realmente está parado. Havendo essa situação para resolver, acho que o quanto antes deve ser resolvida, porque também nos preocupa a situação da Escola de Música.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Agradeço a questão. A ESPROARTE é uma escola com 30 anos a formar músicos, a contribuir para a arte do nosso país e do mundo. Temos orgulho, todos nós, de termos a nossa escola a formar esses jovens, que para além de ter essa componente de ensino profissional de excelência, também tem uma componente social associada e o trabalho que é feito na ESPROARTE tanto pelos assistentes operacionais, pelos assistentes técnicos e pelos professores tem sido, ao longo destes anos todos, um trabalho de excelência que sei que todos nós aqui presentes reconhecemos.

Vamos contar com a ESPROARTE, mais uma vez, na abertura das festas da cidade, no dia 25 de junho. A ARTEMIR, onde a Câmara Municipal faz parte da Direção da ESPROARTE, tem feito um acompanhamento do processo educativo da ESPROARTE e temos dado os contributos para que consiga manter o seu projeto educativo de excelência, consiga melhorar e que consiga, num contexto de concorrência, hoje a ESPROARTE tem à sua volta uma concorrência que não tinha há 30 anos atrás e, por isso, temos que nos adaptar, temos que melhorar. Demos passos desde 2017 até agora, afetando o edifício Piaget à ESPROARTE. Fizemos algumas intervenções para adequar o espaço físico ao ensino da música, mas é verdade que a escola, o espaço físico, ainda não tem as condições que merece ter.

A Câmara Municipal, o Executivo, mapeou este equipamento à CIM para que a CIM possa reportar ao NORTE 2020 e depois, eventualmente, ao NORTE 2030, ou seja, sendo uma escola privada ainda não conseguimos ter o financiamento direto para as obras da ESPROARTE, que nos parece um aspeto muito importante para termos todas as valências, tanto a parte dos metais como das cordas, ao nível dos ensaios, no mesmo edifício. Isto é um aspeto.

Depois há a gestão pedagógica. A gestão pedagógica está atualmente atribuída a um docente do Instituto Politécnico de Bragança, através de um protocolo entre a Câmara Municipal, a ESPROARTE e o IPB. Esse trabalho e esse protocolo aconteceu, porque o anterior Diretor, que estava em exercício de funções há cerca de 25 anos, manifestou interesse em suspender as funções para também poder ter algum descanso pessoal nessa vertente, o que é legítimo e a Direção aceitou. Por isso, tivemos que encontrar uma solução rápida que foi o tal protocolo com o IPB.

Entendemos que a escola, como tem professores de excelência, poderá encontrar dentro do grupo de docentes a resposta para a direção. O modelo que foi desenhado, tentando evoluir em paralelo com aquilo que é a escola pública, com aquilo que são também as outras escolas de ensino profissional, foi evoluir os estatutos que contemplam um conselho geral, que não tinham, concordando com aquilo que o Senhor Vereador *Duarte Travanca* dizia há pouco de implicar cada vez mais os cidadãos, os municípios neste processo, também entendemos que o devíamos fazer em relação à ESPROARTE e que com a constituição do conselho geral onde estão representados os pais, os alunos, a comunidade, as coletividades, temos aqui contributos de excelência para que a ESPROARTE possa continuar a evoluir.

O processo de nomeação do conselho geral definitivo está em marcha, está a ser constituído o conselho geral definitivo, depois disto, o presidente do conselho geral vai despoletar as eleições, onde os professores da ESPROARTE que reúnam as condições podem candidatar-se, porque sendo uma escola na área da música, o Diretor Pedagógico deve ter um perfil relacionado com a música, nos termos da Lei.

A ARTEMIR e, neste caso, a Câmara, como membro da Direção, aquilo que solicitou à escola foi que este processo fosse desencadeado o mais rapidamente possível. Isso não está a fazer com que a escola esteja parada, pelo contrário, a escola está dinâmica. A ESPROARTE tem recebido uma série de convites para que a orquestra possa atuar fora de Mirandela, estamos a fazer a promoção da escola junto das bandas filarmónicas da nossa região, estamos a fazer atuações para a captação de alunos. Por isso, em paralelo temos já uma intenção para o ano letivo 2022-2023 de um número significativo de alunos, que é importante, porque sem alunos a escola não pode funcionar.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É um tema que vamos também acompanhar, porque realmente, sendo transparente, as preocupações que nos chegam é que o processo pode ser demorado e depois haver uma nomeação política, porque o processo das eleições não chegou a bom porto. Era isso que também queríamos acautelar.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Nós gostávamos, e vai ser assim de certeza, que a solução fosse encontrada pela comunidade educativa. Neste caso, volto a repetir, a solução do novo Diretor vai ser encontrada pelos alunos, pelos pais, pelos assistentes operacionais, pelos assistentes técnicos e pelos professores. Por isso, temos a certeza absoluta que a ESPROARTE vai ser capaz de responder positivamente a mais este desafio.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Documentação Solicitada.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Gostava de recordar o que ficou prometido há duas reuniões atrás, que era uma síntese, uma análise sobre as contas, a evolução da dívida, para que fôssemos acompanhando, fazendo metas volantes ao longo do ano para depois, quando chegássemos ao final do ano, termos já algum conhecimento para não estarmos no período de abril a ter o primeiro contacto com as contas. Penso que foi há duas reuniões que tinha sido abordado entre nós que iria ser feito esse balanço, essa análise trimestralmente ou periodicamente. Recordava isso, pois era de todo conveniente. Na altura foi dito que seria na próxima reunião, mas entretanto não foi feito. Se pudéssemos fazer isso antes de irmos para férias, acho que era conveniente fazermos um corte nos seis meses e fazer uma análise como deve ser, nós agradecemos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Justificação de Faltas.

----- O Jurista *João Sequeira* autorizado a intervir, disse: A Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e o Senhor Vereador *Francisco José Clemente Sousa* não podem estar presentes por motivos profissionais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta da Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e do Senhor Vereador *Francisco José Clemente Sousa*.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Aprovação da Ata de 17 de junho.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião do passado dia 17 de junho de 2022.

01/03 – Aprovação da Ata de 20 de junho.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião Extraordinária do passado dia 20 de junho de 2022.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 22 de junho, pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 12/2022

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 08 de junho a 22 de junho de 2022.

Autorizações de Utilização Deferidas

34/22 – Sónia Maria Ribeiro Fernandes – Habitação – Rua Francisco da Costa Gomes – Mirandela;

37/22 – Amândio Ramiro Pinto Olímpio – Habitação anexo – Rua da Forca n.º 10 – Lamas de Orelhão.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 13/2022

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 08 de junho a 22 de junho de 2022.

Licenciamentos Deferidos

19/21 – José Alberto Gil – Construção de um edifício multifamiliar – Rua do Rosmaninho, lote 125 – Mirandela;
101/21 – João Manuel Colmeias – Construção de um edifício – Loteamento dos Telheiros lote 6 – Mirandela;
52/22 – Maria Luísa Machado Pires – Construção de uma vedação – Hortas – Vale de Salgueiro.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas e a Listagem dos Contratos de Aquisição de Serviços Celebrados ou Renovados durante o ano de 2022, atualizados em 27 de junho, que se dão por reproduzidos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/03 – OA – Marca Territorial Mirandela.

----- Foi presente uma Informação subscrita pelo Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 27/06/2022, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Marca Territorial Mirandela.

Informa-se a Câmara Municipal, que a partir do dia 24 de julho, começou a ser utilizada a nova marca territorial Mirandela. Com a nova marca, o Executivo Municipal ambiciona afirmar o Concelho como centro e motor de desenvolvimento sustentável, firmado na herança do passado e projetado em mudanças de futuro.

A logomarca Mirandela, em anexo é constituída pelo conjunto formado pela tipografia e formas geométrica dos arcos ou “olhais” da ponte velha sobre o Rio Tua, assumidos como símbolos identitários e de coesão e renovação territorial e geracional.

Os olhais da ponte velha representam aqui a resiliência do Concelho, já que a sua forma e número atual resultam de um longo processo de metamorfoses e reconstruções, devidos quer a circunstâncias naturais, quer a eventos históricos. Representam deste modo a coesão entre o natural e o construído, o rural e o urbano, entre os cidadãos autóctones e os visitantes, entre as circunstâncias e as atitudes, a adversidade e a resistência. E é nesta sua capacidade de adaptação que através deles se representa o futuro de Mirandela.

Nos olhais da ponte espelha-se ainda o desenho dos montes e vales do concelho, a sua peculiar topografia, a oval da azeitona, os arcos da herança medieval ainda visíveis na malha urbana, a vibração das festas e a textura do folclore, numa gramática identitária capaz de desenhar a simplicidade e a densidade e desse modo comunicar de forma inovadora um território que agora se renova, ancorado na sua mais profunda identidade.

Cromaticamente, os verdes da nova marca referem-se ao património natural e agrícola do Concelho (a azeitona e o azeite, os parques e reservas naturais, a cidade-jardim) e os laranjas e castanho, tons quentes, à temperatura e carácter da Terra Quente Transmontana, em que Mirandela ocupa uma posição central.

Criada pelo Studio Eduardo Aires, e ligada a uma mais vasta estratégia de desenvolvimento, a marca pretende ser um instrumento de coesão e promoção de todo o concelho, abrindo uma nova era na comunicação do território.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/OA – Proposta de Consolidação da Mobilidade na Categoria – Manuel Agostinho Beça de Sousa.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 27/06/2022, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Consolidação da Mobilidade na Categoria – *Manuel Agostinho Beça de Sousa*.

Considerando que o artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, sob a epígrafe “Consolidação da mobilidade na categoria”, estabelece:

“1 - A mobilidade na categoria e na mesma atividade, dentro do mesmo órgão ou serviço, consolida-se definitivamente por decisão do respetivo dirigente máximo, com ou sem o acordo do trabalhador, consoante a constituição da situação de mobilidade tenha ou não carecido da aceitação do trabalhador.

2 - A mobilidade na categoria e em diferente atividade, dentro do mesmo órgão ou serviço, consolida-se definitivamente por acordo entre o dirigente máximo do serviço e o trabalhador.

3 - A mobilidade na categoria, que se opere entre dois órgãos ou serviços, pode consolidar-se definitivamente, por decisão do dirigente máximo do órgão ou serviço de destino, desde que reunidas, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Com o acordo do órgão ou serviço de origem do trabalhador, quando exigido para a constituição da situação de mobilidade;

b) Quando a mobilidade tenha tido, pelo menos, a duração de seis meses ou a duração do período experimental exigido para a categoria, caso este seja superior;

c) Com o acordo do trabalhador, quando este tenha sido exigido para a constituição da situação de mobilidade ou quando esta envolva alteração da atividade de origem;

d) Quando seja ocupado posto de trabalho previsto previamente no mapa de pessoal.

4 - A consolidação da mobilidade prevista no presente artigo não é precedida nem sucedida de qualquer período experimental.

5 - Na consolidação da mobilidade na categoria é mantido o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico funcional de origem.

6 - (Revogado.)

7 - Nas situações excecionais de mobilidade, a consolidação só pode fazer-se mediante acordo entre o empregador público e o trabalhador.

8 - Verificada a situação prevista no número anterior, cessa o direito à atribuição de ajudas de custo.

9 - O disposto no presente artigo é aplicável, com as necessárias adaptações, às situações de cedência de interesse público, sempre que esteja em causa um trabalhador detentor de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido e desde que a consolidação se opere na mesma carreira e categoria e que a entidade cessionária corresponda um empregador público.

10 - Para além dos requisitos do n.º 3, a consolidação da cedência de interesse público, carece de despacho de concordância do membro do Governo competente na respetiva área, bem como de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

11 - (Revogado)."

Em conformidade, a consolidação da mobilidade na categoria é admissível legalmente, verificando-se que se encontrem reunidas cumulativamente as condições exigíveis, conforme o disposto nas alíneas a) a d) do n.º 3 do artigo 99.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, designadamente:

- Existe acordo do serviço de origem do trabalhador;
- A mobilidade perfaz a duração de seis meses;
- O trabalhador manifesta a sua concordância;
- Está previsto no mapa de pessoal o posto de trabalho a ocupar.

Considerando, assim, que estão reunidos todos os pressupostos legais de que a lei faz depender a consolidação da mobilidade na categoria entre órgãos ou serviços, relativamente ao trabalhador a seguir identificado, encontrando-se os encargos decorrentes desta consolidação previstos no orçamento municipal para o ano de 2022 e tendo ainda em conta que, nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 99.º da LTFP, será mantido o posicionamento remuneratório detido na posição jurídico funcional de origem, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do n.º 3 do art.º 99.º da mesma LTFP, a aprovação da consolidação da mobilidade na categoria do trabalhador *Manuel Agostinho Beça de Sousa*, da carreira de Técnico Superior, com efeitos a 1 de julho de 2022."

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos membros do PSD, aprovar a consolidação da mobilidade na categoria do trabalhador *Manuel Agostinho Beça de Sousa*, da carreira de Técnico Superior, com efeitos a 1 de julho de 2022, conforme proposto.

----- Os Senhores Vereadores do PSD apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

Declaração de Voto

Abstemo-nos, porque defendemos que oportunidades como esta deveriam estar ao alcance de outros mirandenses que, em igualdade de circunstâncias, também pudessem vir a ocupar esses lugares na Câmara de Mirandela, tendo em conta o mérito e a excelência, independentemente da cor política ou da filiação. Achamos que outras pessoas que queiram também estas oportunidades deviam tê-las. Portanto, é nesse sentido que queríamos deixar aqui um registo.

----- Em resposta à Declaração de Voto apresentada pelos Senhores Vereadores do PSD, o Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Gostaria de responder à Declaração de Voto dos Senhores Vereadores, que está relacionada com a consolidação da mobilidade na categoria neste posto de trabalho que foi objeto de uma Bolsa de Emprego Público, publicada na BEP, em que todos os cidadãos que reunissem condições para poder concorrer ao aviso estavam legitimados a poder fazê-lo. Foi um concurso aberto, público, como muitos que acontecem todos os dias em vários serviços e organismos do Estado, por isso, a

oportunidade que foi aqui referida, foi dada a todos os mirandelenses que reunissem condições. Quais eram as condições? Ter aquele perfil funcional e ser funcionário público. Quem reunisse essas condições podia ter sido candidato.

A Câmara vai trazer aqui a proposta para abrir mais mobilidades em outras áreas, nomeadamente ao nível da Arquitetura, por exemplo, em que há serviços que precisam de recrutar Técnicos Superiores seniores com experiência em determinadas áreas, porque efetivamente a Câmara em algumas áreas não conseguiu fazer a transição e a preparação interna de trabalhadores. Por exemplo, a área do Urbanismo é uma área em que nós, não necessariamente só o Município de Mirandela, mas muitos outros Municípios precisam de Técnicos Superiores com experiência no licenciamento e preparar um trabalhador muitas vezes demora vários anos.

Por outro lado, respondendo e concordando com aquilo que os Senhores Vereadores dizem, a Câmara Municipal de Mirandela está a preparar um conjunto de propostas de avisos para trazer aqui para abrir concursos externos para que todos os mirandelenses que assim o pretendam possam ser opositores a esses concursos, nomeadamente assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores. De facto, abrir concursos externos é também uma das formas que a Câmara tem para contribuir para a fixação das pessoas e atrair pessoas para o nosso concelho.

04/OA – Proposta de Alteração de Titularidade de Contrato Tua Start - Paulo José Fena.

----- Foi presente um Ofício de 27/06/2022, com o seguinte teor:

Assunto: “Paulo José Fena - Alteração de Titularidade de Contrato Tua Start”.

Paulo José Fena, NIF 198 798 695, com contrato de incubação na Tua Start, pavilhão n.º 312 sito no CACE, zona industrial de Mirandela, vem pelo presente solicitar a V. Ex.ª que: em aditamento ao processo já anteriormente requerido correspondente ao n.º 4771/22 relativo à alteração da posição contratual do referido contrato, em virtude da constituição da nova empresa: Tuafibra, Unipessoal Lda. - Cace, pavilhão 312 - Zona Industrial de Mirandela - NIPC 516839873, considerem no referido contrato, que o prazo do mesmo tenha efeitos retroativos, isto é, que seja contabilizado o período já decorrido.

Pede deferimento.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 27/06/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração de titularidade de contrato Tua Start de *Paulo José Fena* para *Tuafibra, Unipessoal Lda.* e considerar no referido contrato, que o prazo do mesmo tenha efeitos retroativos, isto é, que seja contabilizado o período já decorrido, conforme proposto.

DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL

05/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 27 de junho de 2022 que apresenta os seguintes valores:

SALDO DE GERÊNCIA-----	1.980.945,75€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	654.118,11€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>1.326.827,64€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.980.945,75€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 13/DAG de 27/06/2022 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido entre 13 de junho e 26 de junho de 2022, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **2.634.382,36 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	2.624.615,50 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	9.766,86 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

07/DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública: Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 13/DAG de 27/06/2022 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 13 a 26 de junho de 2022, foram processadas e autorizadas Requisições Externas no montante total de **346.240,10 euros**:

Nome do Responsável	Valores em euros
<i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira</i>	00,00
<i>Orlando Ferreira Pires</i>	346.240,10
<i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>	00,00
<i>Vítor Manuel Correia</i>	00,00

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por mim *João Balsa Sequeira*, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 16 horas.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal;

Orlando Pires
Orlando Pires

O Jurista;

João Balsa Sequeira
João Balsa Sequeira